



COMUNICADO



DA "VOCAÇÃO COMUNITÁRIA  
DO ESTADO SOCIAL":  
- NO PRÓPRIO DIA DA SAÍDA DO  
PROJECTO DE REFORMA,

A REPRESSÃO!

Os Estudantes há longos anos vêm encoberto uma dura luta pela reforma total do Sistema Escolar Português.

Os estudantes há longos anos vêm sendo presos, castigados, expulsos das suas Escolas pela sua oposição ao regime quando eles dizem que "para o comum do Português bastava saber ler, escrever e contar".

Os Estudantes exigem uma reforma do ensino, mas uma Reforma Democrática que alargasse a toda o Povo Português os benefícios da cultura e instrução. Impossibilidade de continuar a negar a justiça da posição Estudantil, a actual equipa de governo prometeu ao Povo Português que o ensino iria ser todo reformado e que os benefícios da tal Reforma seriam para o "povo humilde e trabalhador".

HOJE ASSEMBLEIA  
MAGNA

17H - GIL VICENTE

# o governo denuncia o carácter da sua reforma: manutenção do estado social

Há situações em que as reformas, e sobretudo os projectos de reforma, as promessas de reforma, visam particularmente um objectivo: a desmobilização dos grupos ou classes em luta, através da criação de expectativas, o seu aniquilamento posterior.

Que a reforma - afinal - humanista, do Ministro Veiga Simão é deste tipo, já alguns factos o comprovam.

Assim, assinala-se que no que toca à Universidade ela apresenta duas partes distintas:

a) a que diz respeito às inovações pedagógico-culturais que se apresenta aberta, " europeia ", audaz.

b) a que se liga à definição e competências dos Órgãos de Governo da Universidade que é segregacionista e mantém ( com outros nomes ) os centros de decisão e os que decidem ( com as prerrogativas com que antes decidiam ).

Nisto foi o M.E.N. impermeável a uma das mais antigas e sentidas reivindicações dos estudantes: a sua representação de facto ( e não a título provisório ou accidental, e não em percentagem que torne meramente folclórica a sua presença ) em todas as instâncias onde se decide da vida da Universidade. Registe-se que os estudantes apenas se farão representar num Conselho Académico, organismo com a função de " cooperar na resolução dos problemas pedagógicos e culturais da Universidade ".

Há quem discuta quem é o melhor defensor ( na ausência da sua própria defesa ) dos interesses do " povo humilde e trabalhador ". Se o M.E.N., se os estudantes.

Mas há uma coisa que ninguém discute: os estudantes defenderiam muito melhor os interesses do " povo humilde e trabalhador " nesse agora projectado " Conselho Universitário " do que a CUP, a Siderurgia ou as outras entidades patronais " representantes da sociedade ". E do projecto conclui-se que os grandes monopólios industriais terão assento no órgão definidor das linhas gerais e últimas do ensino superior.

E se o poder político se mantém assim tão inalterado nos órgãos de gestão Universitários, será caso para perguntar se a contradição que assinalámos não o será tão só na sua aparência. Isto é, se uma fria análise ( a análise que a todos se impõe e pelos vistos se quer coarctar ) não a despirá das roupagens de adjectivos com que a classificámos e a revelará coerente com a continuidade registada na alínea b) .

## AS ESTRUTURAS DEMOCRATICAMENTE ELEITAS PELOS ESTUDANTES SÃO AS ÚNICAS QUE OS PODEM REPRESENTAR

A debilidade dos seus propósitos, a impotência política de que enferma, e a situação sócio-económica global da sociedade portuguesa, obrigam o Ministro Veiga Simão a bucear para a Reforma com que acena um interlocutor admirado e passivo. Os estudantes, todavia, organizados em estruturas de longo passado democrático, lutando por uma Reforma democrática do Ensino do que enunciaram os princípios gerais desde há muito, não se admiram facilmente com o sorriso dialogante de Veiga Simão, e recusam as comissões paritárias definindo que :

- Só as suas estruturas sindicais democraticamente constituídas ( A.A.C., JJDD e Comissões de Curso ) os podem cabalmente representar.

- que os estudantes compoam regularmente o modo de funcionamento das suas estruturas.

- que de qualquer modo n-las não participará enquanto o seu objector não estiver perfeitamente esclarecido e ainda que :

a participação ou não participação seja definida momento a momento consoante as condições, embora se possam anunciar as linhas gerais prévias:

- representação dos estudantes nos órgãos de governo da Universidade

- reconhecimento de todas as estruturas estudantis

- ampla e total liberdade de discussão, estudo e reunião

- publicidade completa dos trabalhos da reforma

- divulgação através da imprensa das posições estudantis, nomeadamente das condições prévias de participação ou das razões que levam os estudantes a não participar

- cancelamento de todas as medidas disciplinares deontológicas e disciplinares

Depois disto, resta ao governo da União Simão:

1 - Continuar a política de fortalecimento dos serviços sociais, dificultar a eleição de representantes de estudantes ( eleições do JED ) e fomentar todos os grupos e organizações estudantis que existam ou seja viável criar.

2 - Impedir o funcionamento democrático dos órgãos estudantis, impedir que se criem novas estruturas ( caso das pré- associações ainda não reconhecidas) , aniquilar de modo definitivo a resistência das AAEE.

O que se passa em Lisboa , no Porto e em Coimbra assim o prova. O governo precisa os acontecimentos. Fê-los proceder de discursos da ministra do exército e da ministra da educação que voltam à carga com o espectro da subversão e com os agitadores. A imprensa bem orquestrada acompanha o solo da União Simão. Na própria dia em que sai o projecto da reforma suprima-se.

#### LISBOA

Espancamento da policia e cargas sobre estudantes, prisões, 30 estudantes assistidos no hospital (3 em estado grave) inumeras proclamações disciplinares, 3 incorporações no serviço militar, tiros disparados por elementos da DGS e Legião contra dirigentes estudantis.

As razões próximas de tudo isto, dizem respeito a proibições de Reuniões (em Direito), a extinção de estruturas estudantis (o caso da Associação do Instituto Industrial), que tiveram resposta firme dos estudantes.

Do momento é a greve geral na Academia de Lisboa. É um Plêndrio marcado para amanhã às 3 horas da tarde. São várias Faculdades encerradas. São manobras de intimidação que não aterrorizam os estudantes.

PORTO:

Grova na Faculdade de Letras como forma de protesto contra proibição da Reunião dos alunos da mesma Faculdade, Reunião essa que já foi autorizada. Grova em vários anos de Engenharia.

COIMBRA:

Anteem-se 3 processos disciplinares desde o primeiro período, o que está na origem do facto de 2 colegas (Domingos Lopes e João Martins) dos corpos gerentes não terem sido homologados. Além do mais os documentos chegados da Direcção Geral da Universidade e Esportes, não cumprem disposições legais quanto aos prazos para a homologação, as autoridades lamentam. Realizou-se uma Reunião Social Informativa sábado à noite. Fizem-se Reuniões da Junta no domingo.

PARLAMENTAR DA ASSEMBLEIA NACIONAL

#### O MAGNIFICO REITOR LAMENTA ...

Os estudantes de Coimbra desde há muito têm vindo a combater a "homologação" não lhe reconhecendo a justiça que tem que presidir a qualquer processo verdadeiramente democrático. Se quem chega tem o direito de escolher os seus representantes. A homologação significa precisamente o contrário. Difere-se por segunda pista o papel dos eleitores dando prioridade a vontade de uma autoridade acima dos interesses dos primeiros.

Os eleitos terão que representar quem os mandou, de maneira nenhuma autoridades estranhas ao seu círculo. Por isso é nessa luta contra a homologação. Por isso não podemos ficar de braços cruzados perante mais esta ofensiva das Autoridades Académicas de Coimbra e Ministro Vítor Simão, precisamente no momento em que se fez também aliado ao diálogo construtivo.

Acresce, ainda, que a motivação alegada para a não homologação, os processos disciplinares, repudiados pelos estudantes de Coimbra desde a sua instauração, não pode ser tomada como pretexto, para precipitar os acontecimentos. A injustiça de tais processos, está por nós demonstrada até à evidência. Que podemos conseguir afinal de mais esta arbitrariedade governamental, num momento em que o resultado dos processos continua a ser desconhecido?

Por um lado leva-nos a supor que os nossos colegas processados estão de antemão condenados, o que significa que a inclinação do processo, não pesa de uma mera capa legal e cobrir uma sentença pre-fabricada. Por outro lado no caso de virom a ser absolvidos, terão no entanto de ser privados de direito constitucional de representação. Isto significa em última análise, ter que cumprir uma pena resultante de um delito inexistente. Entretanto o magnifico Reitor em entrevista com a imprensa lamenta...

Coimbra, 18 de Janeiro de 1971

A DIRECÇÃO GERAL